

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE)

Estratégia de Lisboa- Portugal de novo

CONTRIBUTOS DA UGT

I. INTRODUÇÃO

O Conselho Europeu de Bruxelas de 22-23 de Março de 2005 adoptou um conjunto de medidas relativas ao relançamento da Estratégia de Lisboa, nomeadamente as Linhas Directrizes Integradas para o Crescimento e Emprego - constituídas por dois elementos – as GOPE - Grandes Orientações das Políticas Económicas (vertentes macro e microeconómica) e as Linhas Directrizes para o Emprego no sentido de ser assegurada uma maior articulação entre aquelas duas. As grandes orientações económicas devem, portanto, assegurar uma coerência económica geral das três dimensões da Estratégia de Lisboa.

O Conselho Europeu estabeleceu ainda que, tendo como base aquelas Linhas Directrizes Integradas, caberia a cada Estado-membro definir, num processo participado, um Programa Nacional de Reforma que melhor identifique e responda às necessidades, problemas e situações específicas de cada País naqueles dois domínios - políticas económicas e política de emprego e em que estejam claramente assegurada a coordenação entre as diferentes políticas. O documento, a enviar a Bruxelas até ao dia 15 de Outubro, deverá ser um documento sucinto, de natureza política, onde estejam devidamente identificadas as opções de política macro e micro-económicas e de emprego e assegurada a articulação e coordenação face aos objectivos delineados na Estratégia de Lisboa.

Ainda nesse sentido, o Conselho entendeu que cada Estado-membro deveria indicar uma pessoa "Coordenador Nacional Lisboa" que seria responsável por aquela função de coordenação.

No dia 30 de Setembro, numa reunião da Comissão Permanente de Concertação Social, o Governo apresentou as linhas gerais do Programa Nacional de Reformas a que deu o nome de Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE) referindo que o documento ainda não se encontrava numa versão final.

Contudo, face aos calendários definidos, nomeadamente o facto de o Programa dever ser enviado a Bruxelas até 15 de Outubro, não existem em nosso entender condições objectivas para que o PNACE incorpore efectivamente possíveis contributos dos Parceiros Sociais.

Apesar dessa situação, a UGT elabora o seu contributo que será igualmente condicionado pela insuficiente informação de que dispomos, sendo sobretudo uma reacção à apresentação de dia 30 de Setembro.

Complementamos o presente parecer com anteriores posições assumidas pela UGT sobre estas matérias, especialmente no âmbito da preparação do Plano Nacional de Emprego, parte integrante deste Programa Nacional de Reformas.

II. ESTRATÉGIA DE LISBOA E PROGRAMA NACIONAL

1. Enquadramento comunitário e Linhas Directrizes Integradas para o Crescimento e o Emprego

Nas Linhas Directrizes aprovadas pelo Conselho Europeu, existe um conjunto de matérias, importantes para Portugal, que em nosso entender se encontram insuficientemente tratadas e que portanto devem ser devidamente equacionadas no plano nacional. Desde logo, a UGT salientou os seguintes aspectos:

1. A ausência generalizada de metas/ objectivos quantificados é preocupante. É evidente a quase inexistência de metas, à excepção da taxa de emprego, desaparecendo metas em matérias como a igualdade de oportunidades, a pobreza, o abandono escolar ou o crescimento económico. A UGT continua a entender que a fixação de metas comuns aos Estados-membros permite não apenas agir em torno de objectivos comuns, como também responsabilizar mais fortemente os Estados-membros para a prossecução dos objectivos para a avaliação do desempenho.

Defendemos, portanto, o estabelecimento de metas a nível nacional, quer no que se refere ao emprego, quer na área das políticas económicas, como 3% de crescimento do PIB ou de uma percentagem do PIB para investimento em I&D.

2. A dimensão regional deveria merecer um maior enfoque. Se as diferentes regiões que compõem cada Estado-membro têm características específicas relativamente a aspectos como a densidade populacional, a caracterização da população ou o nível de

desenvolvimento, também as políticas deverão necessariamente ser diferenciadas, de acordo com estas mesmas características

3. Relativamente à dimensão ambiental, a UGT concorda com a noção de que um sucesso duradouro da Europa depende em muito da forma como vier a enfrentar os desafios ecológicos. As orientações definidas por parte da Comissão no sentido de ser dada prioridade à internalização dos custos ambientais externos, do aumento da eficiência energética e do desenvolvimento e aplicação de tecnologias que respeitem o ambiente devem de facto, do nosso ponto de vista, ser articuladas tanto com os compromissos já encetados no seio da União Europeia como com as acções e instrumentos propostos no Plano de Acção de Tecnologias Ambientais.

Lamenta-se que não tenha sido retomada uma das linhas das Conclusões do Conselho de Março de 2005, no sentido de desenvolver novos empregos em domínios como a economia social, serviços às pessoas e o ordenamento do território e a protecção ambiental.

4. A temática das reestruturações empresariais e gestão preventiva das crises deveria merecer maior atenção. Seria importante assegurar condições para que os trabalhadores afectados por estes processos pudessem ser reintegrados no mercado de emprego – o que exige formação profissional, melhores serviços de orientação e apoio, apoios à inserção ou empreendedorismo. A gestão preventiva implica igualmente uma informação e consulta mais atempada dos trabalhadores e seus representantes para viabilizar uma solução mais justa e equilibrada do ponto de vista social.

Do Conselho Europeu de Março de 2005, destacam-se ainda duas notas que nos parecem importantes reter:

- Em primeiro, que os Programas nacionais devem responder às necessidades e situação específica de cada País.
- E que os Programas devem ser objecto de consulta com todas as partes interessadas a nível nacional e regional, pressupondo-se portanto um processo participado.

2. O Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008

O documento apresentado à CPCS é um documento muito genérico onde são apresentadas as grandes linhas do PNACE 2005/2008 e a título exemplificativo alguns programas e políticas nele inseridos, não merecendo em traços gerais discordância da nossa parte.

No que se refere à **metodologia adoptada**, temos algumas reservas e discordâncias.

Em primeiro lugar, é um Plano que não teve qualquer envolvimento dos Parceiros Sociais na sua elaboração, não existindo condições objectivas para a incorporação dos nossos contributos no documento que será remetido a Bruxelas. Contestamos fortemente a falta de participação dos parceiros na fase de elaboração do Plano e esperamos que o mesmo não se repita nas fases de acompanhamento e avaliação.

Em segundo lugar, os parceiros sociais foram consultados sobre as principais linhas de acção da política de emprego, em especial no âmbito do PNE, sem terem conhecimento das opções de política económica (macro e micro), não se tendo assegurado a necessária coordenação definida pelo Conselho Europeu.

No que respeita **o Programa** em si, existem igualmente algumas questões que gostaríamos de realçar:

Na generalidade

- A visão dos factores positivos e negativos apresentada no PNACE não é tranquilizadora na medida em que os pontos negativos são de facto muito relevantes (qualificação da população, modelo económico, etc) enquanto que os pontos fortes – que à partida sustentam a estratégia de desenvolvimento - são sobretudo de natureza histórica e geográfica, ignorando nomeadamente importante factores como a capacidade de adaptação demonstrada pelos trabalhadores portugueses ou ainda o Know-how de muitos sectores tradicionais que, para a UGT, são claramente factores de dinamização e que têm sustentado o nosso crescimento e desenvolvimento;
- Não são conhecidas metas ou objectivos quantificados e calendarizados, tanto mais que estamos a falar num programa a três anos. Questões como fixar metas para o crescimento económico, para o Investimento em geral, e em especial, em I&D parecem-nos bastante pertinentes.

Políticas macroeconómicas

Do que nos é dado a conhecer, este Plano continua fortemente ancorado na consolidação orçamental em termos de política económica, não sendo visível a necessária reorientação e articulação com os objectivos de maior crescimento económico e de emprego.

Para a UGT, as prioridades da política económica neste domínio são:

- o Reorientação das políticas macroeconómicas visando um maior crescimento económico com mais e melhores empregos, devendo o Governo criar condições para tal, nomeadamente por via do investimento público;
- o Combater a economia clandestina e a informalidade, reconhecidos como factores fortemente limitativos da melhoria da produtividade e competitividade nacionais, mas ausentes deste Programa enquanto principais prioridades;
- o Fomentar um novo modelo de desenvolvimento económico com elevados níveis de produtividade e de competitividade assente em factores como uma maior qualidade de emprego, melhores qualificações dos trabalhadores, em mais inovação, entre outros, assegurando o desenvolvimento e a consolidação de actividades com mais valor acrescentado não apenas nos novos sectores mas também nos sectores tradicionais. Existe aqui igualmente a necessidade de uma articulação próxima com políticas microeconómicas.

Políticas microeconómicas

Para a UGT, existem algumas matérias a equacionar no Programa:

- A dimensão sectorial das políticas encontra-se omissa do documento, sendo uma matéria em que a coordenação das políticas económicas e de emprego se afigura particularmente relevante. Com efeito, esta é uma matéria pela qual nos temos batido por entendermos que as políticas transversais não conseguem responder às necessidades e especificidades dos diferentes sectores. Fomentar o investimento público e apoiar o investimento privado nos novos sectores, mas também na modernização dos sectores tradicionais é crucial
- Reforçar também a articulação da política de I&D a nível micro-económico com os objectivos globais nacionais;
- A reestruturação e modernização empresariais é igualmente uma matéria central que exige uma intervenção no plano microeconómico mas, como já referimos, em forte articulação com a política de emprego;
- A temática da Energia assume nos próximos anos uma relevância estratégica, especialmente tendo em conta os cenários para a evolução dos preços do petróleo nos mercados mundiais. Haverá assim, em nosso entender, que delinear uma política energética que responda às necessidades do País, nomeadamente assegurando a competitividade das empresas e o bem-estar das pessoas.

Política de Emprego

Existem algumas incoerências entre os objectivos fixados no Plano Nacional do Emprego (também recentemente apresentado pelo Governo) e os apresentados no PNACE que devem igualmente corrigidos antes do envio do documento para Bruxelas. Por exemplo, a antecipação e gestão preventiva das reestruturações é uma das prioridades do PNE que parece não ter sido adoptada na vertente emprego deste PNACE.

06.10.2005

Anexos - Anteriores Contributos da UGT:

- Notas da UGT sobre directrizes integradas para o crescimento e o emprego (2005-2008) – 9/5/05
- Contributo da UGT sobre Estratégia de Lisboa e Política de Emprego – 5/9/05
- Comentários da UGT ao PNE 2005-2008 (documento apresentado pelo governo em 23.09.05) – 30/9/05